



CAPITALISMO, QUESTÃO FUNDIÁRIA E SERVIÇO SOCIAL: qual é a parte que te cabe deste latifúndio?

Mailiz Garibotti Lusa¹

RESUMO: Empobrecimento, fome, destrutividade ambiental no campo e na floresta, expropriação da terra, resistências e lutas. Eis alguns elementos do capitalismo dependente brasileiro no tempo presente que perfilam a questão fundiária, objeto central de estudo neste trabalho. Ao longo do desenvolvimento, problematiza-se a relação entre o capitalismo, a questão fundiária e o Serviço Social, visando evidenciar a questão fundiária como elemento central da realidade. Configura-se como um ensaio teórico, fundamentado na perspectiva do método em Marx. É produto parcial de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Aborda a questão fundiária enquanto fonte de capital; a questão social expressa na indissociabilidade entre questões agrária, urbana e ambiental e ao final indica a urgência de tais abordagens na formação e trabalho do Serviço Social a fim de possibilitar um trabalho profissional atento a este determinante estrutural da realidade e sintonizado com o Projeto Ético Político profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; terra; Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

- *Essa cova em que estás,
Com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
- É de bom tamanho,
Nem largo nem fundo,
É a parte que te cabe
Deste latifúndio*

(MELO NETO, 1982, p.87)

Eis a terra tão almejada em vida, que chega ao “trabalhador de oito” somente no seu enterro. No Auto de Natal Pernambucano, intitulado “Morte e Vida Severina”, João Cabral de Melo Neto trata, com dolorosa veracidade, a questão agrária: o empobrecimento da classe trabalhadora do campo, o aprofundamento da fome e da negação de direitos, a concentração de terra e de poder, bem como a incessante e, muitas vezes, silenciosa luta

¹ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFSC e Coordenadora do grupo Terra, Trabalho e Resistência. e-mail mailiz.lusa@ufsc.br.

pela terra. Mas, eis que um dia o acesso à terra chega e, embora tardiamente, veio para ficar. “Não é cova grande”, diz o poeta, “é cova medida, é a terra que querias ver dividida”.

Os versos cantam a vida real de um Brasil colonizado, de capitalismo dependente como em toda América Latina (BAMBIRRA, 2019), cujo acesso e apropriação privada da terra determinou a formação sócio-histórica e determina as relações sociais de produção e reprodução da vida. Ter terra significa ter poder político, econômico, social e cultural. É o binômio privilégios *versus* desigualdades que atinge profundamente a classe trabalhadora e, nela, os povos originários, as populações tradicionais, as pretas e pretos e as mulheres, todos/as explorados/as e empobrecidos/as. Eis uma realidade constituída há mais de cinco séculos de exploração pelos modelos europeu e do imperialismo estadunidense.

Toma-se por objeto deste estudo a questão fundiária como componente central da realidade brasileira, a qual é o chão profissional para o Serviço Social, uma vez que nela ancora seu trabalho profissional. Ora, desde há um bom tempo reconhece-se que “um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e [fundamentado nela] construir *propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*” (IAMAMOTO, 2007, p. 20, grifos no original). Considerando a terra e a questão fundiária como fundamento da realidade na sociabilidade capitalista brasileira, busca-se refletir sobre a articulação de unidade entre a questão agrária, urbana e ambiental.

Trata-se de um ensaio teórico, fruto de pesquisa. Sua elaboração fundamenta-se na perspectiva do método em Marx e da aproximação com a vertente do pensamento marxista denominada de ecossocialismo no que se refere à discussão sobre o avanço do capitalismo e sua destrutividade no campo e na floresta. É produto parcial de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, conferindo especial atenção às categorias teórico-analíticas da totalidade e contradição. No desenvolvimento aborda a questão fundiária a partir do significado conferido a terra enquanto fonte de capital. Na sequência discorre sobre a questão social, expressa a partir da indissociabilidade entre questões agrária, urbana e ambiental, desde onde apreende que da terra também podem brotar processos de resistência e de construção de alternativas em tempos de intensa destrutividade ambiental. Na conclusão aponta a urgência de fazer tais abordagens na formação profissional, a fim de possibilitar um trabalho profissional atento a este determinante estrutural da realidade. Tais sínteses expressam menos afirmações conclusivas e mais indagações que convidam à continuidade do debate coletivo.

2 QUESTÃO FUNDIÁRIA: liame entre as questões agrária, urbana e ambiental

A terra – enquanto posse, propriedade e exploração – é elemento central na disputa de poder econômico, político, social e cultural, que acontece sob os marcos do capitalismo. Tornada propriedade privada é fonte de riquezas e, por consequência, de poder e de *status quo* na sociedade capitalista. A conformação da ‘terra’ enquanto espaço, lugar e território é atravessada por conflitos de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade e geração, cujos interesses encontram-se permanentemente em disputa, explicitando antagonismos. Ora, de um lado ela é meio de produção e de outro é produto equivalente à mercadoria – mesmo que uma mercadoria distinta, uma vez que não pode ser produzida, ou reproduzida e sua existência é sempre limitada à quantidade disponível na natureza.

São as relações econômicas e políticas dos homens que transformam a terra em terra de pasto e plantio; a mata em reserva de índios, drogas do sertão, látex, castanha, lenha, madeira, peles; o rio em reserva de peixes e caminho; a sombra em repouso; os espaços em lugares: sem fim, sertão, floresta, cerrado, seringal, centro, sítio, latifúndio, posse, fazenda, arraial. Assim, há a idade da droga do sertão, do descimento do índio, da borracha, do plantar pra comer, do plantar pra vender, da grilagem, da luta pela terra, da expansão da agropecuária, da violência do capital (IANNI, 1981, p. 230).

A terra, ou mesmo os ciclos da natureza, seus produtos naturais ou inventados, são determinados pelas finalidades que lhes são atribuídas, enquanto condição, mas também como produto das relações sociais. Significa que são produtos das formas sociais, políticas, econômicas e culturais de organizar a produção e consumo na sociabilidade burguesa.

Desde os tempos coloniais de acumulação primitiva de capital, à contemporaneidade do capitalismo dependente sob o jugo imperialista, o que determina a sociedade são os interesses do capitalista em acumular riquezas numa escala crescente e infindável. São tais interesses que transformam a terra pública, a terra devoluta, em propriedade privada legalizada; a floresta e a mata em créditos de carbono no mercado internacional, entre outros. Tudo se torna mercadoria comercializável, até mesmo as próprias relações econômicas capitalistas tornam-se um produto com valor agregado: ‘o capitalismo verde’, com centenas de produtos com valor de mercado agregado por alguma espécie de ‘selo verde’ criado pelo próprio capital. “A terra não só faz parte da sociedade, da história da sociedade, como ganha várias e distintas formas sociais ao longo dessa história” (IANNI, 1981, p. 230), segundo os interesses da classe dominante, sob a subordinada e explorada.

A terra, recurso natural que não pode ser criado ou produzido, ainda assim é tornada mercadoria. No capitalismo isso ocorre sem que ela perca seu estatuto de meio de produção. A cada estágio de desenvolvimento das relações capitalistas isso vai se tornando ainda mais evidente: em nome da lei do valor, o capital explora o trabalhador, ao mesmo tempo em que destrói a natureza. Tais processos não são apartados e nem mesmo paralelos, pelo contrário, são elementos do mesmo sócio metabolismo do capital (TANURO, 2012) e, por isso, não são elimináveis tal como perspectivas de propunham um ‘capitalismo verde’ defende que sejam. Estas breves considerações indicam, desde já, a centralidade da

questão fundiária na sociabilidade atual. A apropriação privada da terra é elemento estrutural do sistema, sem o qual todo modo de produção entra em ruínas. Neste sentido, o risco para o capital torna-se 'potencial' se tomado na perspectiva das lutas contra o sistema.

A questão fundiária – que envolve tanto a propriedade, quanto as formas de acesso e uso da terra – é determinada e determinante da estrutura societária do capitalismo desenvolvido no Brasil. Há décadas isso é afirmado por quem se dedica a estudar a relação entre a questão agrária e a constituição do Estado e das classes sociais, propiciando o reconhecimento de que as origens do Estado brasileiro são agrárias (IANNI, 1984). No campo e na floresta – de forma ainda mais marcante que na cidade – é a relação com a terra que determina os lugares e papéis dos indivíduos sociais. Esta é a chave para compreender a relação indissociada entre as questões agrária, urbana e ambiental: a propriedade da terra, os processos produtivos e as relações sociais se desenvolvem a partir da propriedade, posse, acesso e uso dela. Há uma relação de articulação dialética entre campo, cidade e floresta, os quais se constituem como espaços indissociáveis dentro da dinâmica societária capitalista, cada qual com suas particularidades a compor a totalidade da sociedade capitalista brasileira.

Esta indissociabilidade evidencia-se ainda mais no atual estágio de capitalismo financeiro, que no Brasil é fortalecido pela atuação de um Estado ultraliberal, reacionário e conservador. Neste contexto o lobby da bancada ruralista articula-se diretamente com os interesses de intensificação da exploração fundiária via criação e comercialização de produtos 'ambientais', como os créditos de carbono, que na verdade conferem mais ganhos ao capital imperialista internacional, do que aos povos das florestas.

Neste sentido, a crise ambiental, que dia a dia se torna ainda mais evidente, passa a ser tratada em seu potencial de exploração econômica. A ocupação da terra, que certamente significa devastação ambiental, contraditoriamente passa a ter sentido de responsabilidade social e ambiental. Explica-se: a sensibilização à destruição ambiental acumulada pela forma de desenvolvimento econômico torna a 'preservação e/ou conservação ambiental' um novo produto de mercado ou, no mínimo, uma característica que agrega valor aos tradicionais produtos de mercado. Neste sentido, vende-se a imagem de 'produtos ecológicos' quando determinadas empresas investem na compra de terras ou em projetos ambientais, ainda que tudo isso esteja bastante longe e descolado das plantas industriais, que continuam gerando os mesmos níveis de poluição e destruição ambiental.

Este processo encontra-se diretamente conectado aos mecanismos financeiros e aos tratados internacionais entre os Estados-nação. Portanto, é um processo caudatário dos acordos e tratados internacionais, que apenas foram realizados tendo em vista a grave situação de destruição do meio ambiente, que ameaça a existência da própria humanidade. Neste contexto foram estabelecidas medidas, pretensamente de reversão da destruição

ambiental, na busca da frenagem dos desastres ambientais que assolam o mundo, mas que acabaram sendo rentabilizados como nova estratégia, ou melhor, nova fonte de lucros. Neste sentido, a propriedade da terra, em cuja superfície existam ou tenha potencial para desenvolvimento de florestas – sejam as nativas (raríssimas), reconstituídas ou plantadas –, adquire ainda maior valor no mercado fundiário, que a partir da venda de direitos de emissão de carbonos chancela e consolida ‘a terra’ como mercadoria privilegiada no sistema financeiro internacional. Nestes casos, mais do que meio de produção, a terra torna-se efetivamente mercadoria supervalorizada, uma vez que de fato é um produto limitado.

Ora, a bem da verdade é que as empresas garantem para si a possibilidade de comprar créditos, para que, numa operação seguinte, os danos que elas causam ao meio ambiente sejam compensados e, na prática, sejam perdoados. Em síntese, compra-se o direito de poluir, a fim de assegurar que o capital continue produzindo, gerando lucros e dominando a economia mundial, sendo justificado pela criação de projetos de redução de emissões de carbono. Trata-se de um engodo a afirmação de que a produção capitalista pode ser freada, diminuindo seus efeitos poluidores e que, se isso ocorrer, a humanidade estará salva. Nesta troca, quem polui diretamente, ao invés de parar de poluir, compra créditos de quem detém alguma propriedade com vegetação creditada. Assim, para contornar os desastres ambientais a solução mágica é a compra de licenças em lugar de investir no desenvolvimento de tecnologias limpas (TANURO, 2012). Não é possível esperar responsabilização ética das grandes corporações e países desenvolvidos em um sistema perverso de acumulação de riquezas, cuja base estrutural é a exploração da natureza e da própria humanidade em nome de uma sempre crescente sede de acumulação.

Logo, é no contexto de ameaça da própria sociabilidade pelo risco de desastre ambiental generalizado, que a terra – que sempre foi elemento de interesse das elites – readquire significado, tornando as florestas e as matas mercadorias ainda mais rentáveis.

3 A QUESTÃO SOCIAL NO CAMPO, NA CIDADE E NA FLORESTA

As considerações anteriores evidenciam a indiscutível indissociabilidade entre as questões agrária e ambiental, que guarda relação direta com a questão urbana, espaço de concentração da poluição, da degradação ambiental e das condições humanas de vida e, por isso tudo, palco principal de numerosos desastres. Dito desta forma, não é difícil identificar a transversalidade entre as questões agrária, urbana e ambiental, contudo, ainda frequentemente são tomadas como faces distintas e desconectadas da questão social. Eis o que se passa a discutir.

Ao tratar a questão social, urge refletir sobre o conjunto de elementos que lhe são constitutivos, o que exige, por conseguinte, considerar a totalidade como categoria analítica.

A forma como a sociedade brasileira organiza o uso, a posse e a propriedade dos bens da natureza ocasiona ainda graves problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental. Esses problemas aparecem no elevado índice de concentração da propriedade da terra – apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; no elevado índice de concentração da produção agrícola, em que apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das Commodities agrícolas e exportadas; na distorção do uso de nosso patrimônio agrícola, pois 80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária extensiva; na dependência econômica externa à que a agricultura brasileira está submetida, por causa do controle do mercado, dos insumos e dos preços pelas empresas agrícolas transnacionais; e na subordinação ao capital financeiro, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões do capital financeiro, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura. Do ponto vista social, percebem-se esses problemas na extrema desigualdade social que essa estrutura econômica gera no meio rural brasileiro, onde existem 7 milhões de pessoas que vivem ainda na pobreza absoluta e 14 milhões de adultos analfabetos. [...] A maioria dos jovens que vive no meio rural não tem acesso ao ensino fundamental completo (oito anos), nem ao ensino de nível médio e muito menos ao ensino superior. Há, também, um enorme passivo ambiental resultante da forma predadora da exploração capitalista [...], que degrada o solo e contamina rios e lençóis freáticos, além de desmatar sem nenhum controle, desrespeitando inclusive as leis ambientais [...] (STÉDILE, 2012, p. 644-645).

O longo fragmento do texto é bastante expressivo daquelas manifestações decorrentes do modo de produção, engendradas a partir da contradição capital e trabalho. O que determina as expressões da questão social listadas é a forma de apropriação, uso e, acrescente-se, exploração dos bens da natureza e da riqueza socialmente produzida. Ainda que os bens inicialmente citados pelo autor tenham caráter público, uma vez que originalmente são bens naturais, eles foram apropriados privadamente. Sob o fundamento da propriedade privada, tais bens tornaram-se capital nas mãos dos dominantes. Para aqueles despossuídos deste capital, nada além restou que submeter-se à exploração da sua força de trabalho, ora submetendo-se ora resistindo e lutando contra as agruras das desigualdades, fome, empobrecimento contínuo e crescente, entre outras expressões.

Neste contexto das mais variadas desigualdades, os efeitos igualmente danosos da questão ambiental afetarão mais diretamente aqueles/as sujeitos já explorados, cujos direitos – especialmente os sociais – são cotidianamente violados. Note-se, em tempos de estiagens como fala João Cabral de Melo Neto (1982) em seu poema-realidade, vida só é severina para as/os trabalhadoras/es empobrecidos, que se retiram por não terem terra, nem o que plantar e menos ainda o que comer. É nesta dinâmica de produção de desigualdades, que a degradação ambiental e os consequentes desastres afetarão predominantemente a classe trabalhadora, seja ela do campo, da cidade ou da floresta.

Logo, ao tratar a questão social enquanto conjunto de expressões que se particularizam no capitalismo, é condição *sine qua non* para uma abordagem crítica, considerar a indissociabilidade entre as questões agrária, urbana e ambiental como faces de um mesmo e único processo. Ora, pois

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. [...] Por fim, quanto maior forem as camadas mais lazentas da classe trabalhadora

e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 720. Grifos no original).

Mesmo uma simples observação sobre dinâmica do modo de produção e acumulação capitalista tratada por Marx evidencia a contradição dialética como motor do sistema. Note-se que, quanto maiores forem a riqueza social, o capital disponível e/ou em funcionamento, o volume e o vigor produtivo, a quantidade de trabalhadores disponíveis, tanto maior será o grau de exploração e, por conseguinte, a taxa de mais valia extraída. Por isso, quanto maior o nível de exploração da classe trabalhadora, mais subumanas serão as suas condições de sobrevivência e maior será o seu empobrecimento.

Em síntese, quanto maior for a riqueza acumulada, concentrada e centralizada nas mãos de poucos, inversa e exponencialmente proporcional será o pauperismo a que se atirará a maioria da população trabalhadora, sendo ele um produto inevitável do capitalismo. E onde há exploração, dominação, opressão e pauperismo, há inclusive lutas sociais de resistência, as quais igualmente são pontos centrais da questão social (LUSA, 2021, p. 352).

Nesta dialética antagônica do sistema, tanto maiores são os lucros que se avolumam privadamente, também mais nefastos e irreversíveis serão os danos à própria natureza. Isso tudo, ao fim e ao cabo, acabará comprometendo o próprio sistema, pois não existirá capitalismo sem trabalhadores, não será possível extrair mais valia sem a humanidade. Trata-se de um sistema cujo socio metabolismo é autodestrutivo. Por isso, ou transforma-se radicalmente o modo de produzir e consumir, ou viver-se-á o fim da humanidade (TANURO, 2012). Não é possível encontrar saídas em um 'capitalismo' apregoado de 'verde'. A natureza capitalista é predatória da natureza e com isso acaba trazendo para si o componente da auto destrutividade. Mas, diante de tamanha degradação ambiental, é possível ainda assegurar a sobrevivência do planeta e, assim, a sobrevivência humana?

As saídas para o atual estágio de auto destruição da vida humana partem da construção coletiva de alternativas, a partir de elementos já presentes no cotidiano da classe trabalhadora. Nelas estão presentes os germes da transformação estrutural deste modo de produção. Para os/as trabalhadores/as camponeses, a terra não é apenas fonte de poder e base para a exploração produtiva (MARTINS, 2022). A terra é sábia e ao mesmo tempo forte. Para o camponês, os povos da floresta, os povos indígenas originários, as populações tradicionais, da terra brota sabedoria e resistência. A observação da natureza evidencia os ciclos produtivos, cuja temporalidade não pode ser acelerada sob risco de comprometer o produto. Não é possível plantar uma semente hoje e já amanhã colher seu fruto. A terra ensina a diminuir o ritmo, o que significa diminuir a produção e diminuir o consumo (TANURO, 2012).

Outro elemento fundamental é a diversidade: tão importante quanto produzir, é produzir em diversidade, o que significa operar mudanças estruturais na própria produção,

uma vez que o atual modelo tem sua base no monocultivo e na concentração, não apenas das terras, mas dos chamados potenciais produtivos regionais. Hoje,

Os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio controlam 85% das terras e praticamente toda produção de commodities para exportação. Constatou-se também uma concentração da produção agrícola por produto e, em 2010, 80% das commodities e das terras por elas utilizadas se destinavam a soja, milho, cana de açúcar e pecuária extensiva. [...] Houve um aumento significativo da produtividade agrícola por hectare e por trabalhador, em todos os ramos de produção. No entanto, essa produtividade esteve combinada com o aumento de escala dos monocultivos e com o uso intensivo de agrotóxicos e máquinas agrícolas. E o aumento das margens de lucro não resultou em melhorias das condições de vida dos trabalhadores, que produziram essa riqueza (MST, 2013, p. 14).

A diversidade produtiva e das formas de produção vai na contramão do atual modelo de ultra exploração da força de trabalho, de concentração de poucos tipos de produtos voltados para o mercado internacional e comercializados antecipadamente através das *commodities* do mercado financeiro. Opõem-se à intensificação, em apenas alguns ramos de produção, através do monocultivo, que exigem o uso intensivo de agrotóxicos e de maquinários agrícolas. Aqui a diversificação dos produtos encontra-se indissociada da diversificação das estratégias de produção, o que implica mudanças no campo e na floresta.

Mas, é preciso estar atentos/as, pois diversificação não pode ser confundido com diferenciação. Ora, no capitalismo, ao mesmo tempo em que vão se diversificando as relações de trabalho e a própria produção, aprofundam-se as desigualdades geradas pelo antagonismo entre a exploração da força de trabalho e a acumulação do capital.

As transformações [...] não implicam crescente homogeneização das relações de produção e forças produtivas, em termos de subsetores da agricultura, ou regiões da economia rural. Ao contrário, criam-se e recriam-se as desigualdades e os desequilíbrios. Assim, persistem e repetem-se diferentes formas de organização social e técnica da produção. São diversas as formas de subordinação do trabalho ao capital, que envolvem distintas modalidades de organização do processo produtivo. As noções de latifúndio, unidade camponesa, unidade familiar produtora de mercadoria e empresa agropecuária expressam formas particularmente importantes de organização da produção (IANNI, 1984, p. 168).

Neste sentido, o avanço do capital pode produzir uma diferenciação que tem mais significado de 'desigualdades' do que de 'diversificação'. Nas últimas cinco décadas isso levou a um processo de pauperização e expulsão do campo. No espaço agrário, o latifúndio ou plantagem (GORENDER, 1978) é a grande propriedade, voltada para a produção comercial direcionada predominantemente ao mercado externo, exploradas com força de trabalho assalariada e não assalariada de forma pura (parcerias e/ou arrendamentos). Ao contrário, as unidades camponesas são constituídas pelas explorações de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros, através do trabalho familiar, voltados basicamente para a produção mercantil simples, aplicada para a subsistência familiar e para o consumo local (vizinhança e bairro), que poucas vezes é comercializada e noutras é trocada como forma de reforço das relações de solidariedade com a vizinhança. Já as unidades familiares produtoras de mercadorias, referem-se às pequenas e médias

propriedades familiares, arrendadas ou em regime de parceria agrícola, cuja produção tem caráter comercial e é baseada fundamentalmente na força de trabalho familiar. Essas unidades recorrem ao trabalho assalariado eventual, apenas com caráter suplementar. Por último, a empresa agropecuária capitalista configura-se como aquela agricultura totalmente transformada em empreendimento capitalista. Nela, as atividades agropecuárias passam a ser reconhecidas e tratadas como uma área econômica igual a qualquer outra para aplicação do capital. Ela deve produzir, pelo menos, lucratividade média para que se sustente e se reproduza dentro da ordem do capital, pois sem acumulação financeira e sem crescimento, todo empreendimento capitalista se extingue.

O perigo é que a diferenciação das propriedades rurais e a coexistência delas torna-se uma estratégia que confere sustentação para a empresa agropecuária e para o latifúndio. À medida que o grande capital se expande, “os próprios regimes de arrendamento, parceria, meação e outras modalidades de organização da produção subsistem e redefinem-se continuamente” (IANNI, 1984, p. 236). A reprodução do médio e grande capital agrário também é viável, pois conta com maiores incentivos fiscais e de financiamento da produção, praticamente inexistentes para o campesinato desprovido da propriedade da terra, ou com terra insuficiente para produzir em larga escala para o capital. Por isso, a diferenciação agrícola vai trazer sérios prejuízos ao campesinato, enquanto a estratégia da diversificação produtiva, pelo contrário, levará ao seu fortalecimento, via aumento da sua autonomia produtiva. Contudo, este não é um processo simples e nem rápido. Foram décadas orientadas por um modelo produtivo concentrado nas grandes e médias propriedades, baseado no monocultivo, no uso intensivo de agrotóxicos, cuja diversificação de variedades e produtos foi quase abolida. É possível e necessário alterar este modelo, mas sua viabilidade exige um processo coletivo de transformação das bases de produção.

Por último, uma estratégia importante na construção coletiva de alternativas para a continuidade da vida humana no planeta está na alteração das relações sociais (TANURO, 2012). Esta, possivelmente, seja a mais desafiadora das transformações. A sociabilidade capitalista encontra-se fortemente introjetada, exemplo é a competitividade, o produtivismo e o individualismo que não atravessam apenas o mercado, mas se estendem para dentro dos espaços privados de vida da classe trabalhadora.

A construção de outras relações sociais diferentes das atuais passará necessariamente pelo cultivo de valores e princípios ético-políticos diversos, fundamentados na democratização das relações e espaços sociais, no reconhecimento da diversidade humana e sua valorização, em defesa da eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação e desigualdades de raça, cor, sexo, gênero, território e geração, as quais neste momento perpassam a vida dos sujeitos do campo, da cidade e das florestas.

3 QUESTÃO FUNDIÁRIA E SERVIÇO SOCIAL: notas inconclusivas

Iniciou-se este trabalho falando sobre o permanente desafio de deciframento da realidade pelo Serviço Social, para construir propostas de trabalho que realmente atendam as demandas da população. Ora, “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais” (IAMAMOTO, 2007, p. 21). É preciso capturar na realidade as expressões da questão social que têm potencialidade transformadora e revolucionária, a partir das contradições inerentes à própria dinâmica da vida social. A questão fundiária é tanto elemento estruturante da sociabilidade capitalista, quanto é prenhe de potencialidade transformadora, tal como apontado acima.

Isso pois, “sendo a questão social a base profissional, a construção de propostas requer o atento acompanhamento da dinâmica societária, balizado por recursos teórico-metodológicos, que possibilitem decifrar os processos sociais em sua totalidade”. Isso exige reconhecer a indissociabilidade entre campo, cidade e floresta no capitalismo, ou entre as questões agrária, urbana e ambiental. Superar um discurso fragmentado destes espaços, exige uma formação crítica, que reconheça a realidade em sua totalidade, mas também nas singularidades. Portanto, “o deciframento dos processos sociais, tanto em suas determinações gerais como nas expressões particulares, é requisito necessário para superar a defasagem do discurso teórico genérico sobre a sociedade e os fenômenos singulares, que requerem respostas profissionais” (IAMAMOTO, 2007. p. 262).

Neste sentido, a questão fundiária comparece tanto como componente da formação e do trabalho profissional enquanto elemento das determinações gerais do capitalismo, quanto como singularidade, especialmente no espaço rural. Ora, no campo, a apropriação privada de terras adquire outro significado, sendo hoje, inclusive, mercadoria voltada para o mercado internacional. Isso leva a perguntar: terra para quê? Terra para quem? Diante dos princípios e valores do Projeto Ético Político profissional é possível contentar-se com o fato de que os/as trabalhadores/as acessem a terra apenas no cemitério, em seu enterro, como no poema “Morte e vida severina”?

A terra é elemento central nesta sociabilidade e o processo da sua apropriação privada, exploração, comercialização e, inclusive, degradação, não é exclusivo do campo, da floresta ou da cidade. A questão fundiária está na base dos principais conflitos nesta sociabilidade. A apropriação privada e dominação da terra pelos capitalistas articula-se às formas de exploração do trabalho e da vida que são instaladas sobre ela, resultando nas expressões da questão social, que segundo a dinâmica contraditória e antagônica do capitalismo tendem a se agravar. Tudo isso é constitutivo do próprio sócio metabolismo do capital e a sua eliminação exige a profunda transformação do modo de produzir, consumir, pensar, e se relacionar. Sem esta transformação, a humanidade sucumbirá. Coletivos e

movimentos sociais tem proposto alternativas a esta sociabilidade. Cabe a cada sujeito dedicar atenção a este debate e à construção de estratégias coletivas de enfrentamento desta sociabilidade destrutiva, bem como de resistência às experiências e propostas que já sinalizam outra sociabilidade possível e necessária.

Neste contexto, o Serviço Social brasileiro, que possui um projeto profissional diretamente conectado com as formas de resistência e rebeldia, sintonizado com outra ordem societária, precisa atentar-se a estas estratégias coletivas de enfrentamento e de construção de outra ordem societária, a fim de qualificar a formação e o trabalho profissional. A propositividade criativa na defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora passa pelo deciframento crítico da realidade, o qual exige considerar a questão fundiária como determinante societário do capitalismo dependente brasileiro, tanto no campo, mas também na cidade e na floresta. 'Eis a parte que cabe ao Serviço Social neste latifúndio'.

4 REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente Latino-Americano**. Tradução: Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 4. ed. Florianópolis: Insular; IELA, 2019. Coleção Pátria Grande Volume 2, Biblioteca do pensamento crítico Latino-Americano.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e a luta pela terra numa área da Amazônia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LUSA, Mailiz Garibotti. Questão agrária e formação profissional: fundamentos a partir da realidade. **Praia Vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro, v. 31, n. 02, p. 341-365, jul.-dez./2021.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária brasileira: da Colônia ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. [Tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. 17. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1982.

MST, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST**. Texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Saete (org.) [et.al]. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

TANURO, Daniel. **El imposible capitalismo verde**. del vuelco climático capitalista a la alternativa ecosocialista. Madrid: Los libros de Viento Sur, La oveja roja, 2012.